



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11305/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

DATA DA LICITAÇÃO: 08 de julho de 2026

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até 08 de julho de 2026 às 08h59min.

INÍCIO DA SESSÃO: 09h:00min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site www.licitanet.com.br

BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

PARTICIPAÇÃO: AMPLA

UNIDADE SOLICITANTE: SEOSP – Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM (9 ITENS)
MODO DE DISPUTA: ABERTO	FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO
PRAZO DE VIGÊNCIA: O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.	VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.247.940,72
REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO: 9.7.3.2. Declarações:	FOLDERS/AMOSTRA: () SIM (X) NÃO SE APLICA

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/6109-D4A5-3C0B-307F> e informe o código 6109-D4A5-3C0B-307F



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





<p>Declaração formal e expressa da licitante, devidamente assinada por seu representante legal, declarando que:</p> <p>a) Prestará os serviços em conformidade com as diretrizes, especificações, normas técnicas e procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Mata de São João;</p> <p>b) Cumprirá integralmente as determinações, orientações e ordens de serviço expedidas pela Prefeitura Municipal de Mata de São João durante toda a execução contratual;</p> <p>c) Os condutores disponibilizados para execução dos serviços encontram-se ou estarão devidamente habilitados, portando documentação válida expedida pelos órgãos competentes, atendendo à categoria de habilitação específica exigida para cada tipo de veículo ou equipamento, inclusive com apresentação de certificado de curso específico e demais qualificações obrigatórias, quando a função assim exigir.</p> <p>d) Que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper durante a execução do contrato;</p> <p>e) DECLARAÇÃO, sob as penas da lei, que tem plena ciência dos impactos fiscais da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023) e assume o compromisso formal de apresentar a demonstração analítica de custos e anuir com a revisão de preços para mais ou para menos, inclusive mediante redução proporcional do valor do contrato caso ocorra redução da carga tributária global sobre o objeto licitado, garantindo a neutralidade fiscal e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro avençado.</p>	<p><u>Da formalização das obrigações:</u></p> <p><u>Para fins de assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comprovar a propriedade do veículo a ser disponibilizado para a execução dos serviços, mediante apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente e regular, emitido em nome da CONTRATADA.</u></p>
---	--

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Mata de São João, torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço por ITEM**, por meio do site www.licitanet.com.br, regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos

1.2. Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no item 1.1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.3. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.1.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. OBJETO

3.1. Constitui o **objeto** da presente licitação a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

3.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. empresas em regime de sub-contratação ou, ainda, em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

4.6.2. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

4.6.3. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.6.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Mata de São João e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

4.6.5. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

4.6.6. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

4.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

4.6.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

4.7.1 A comprovação de que trata o subitem 4.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

- a) Certidão simplificada da junta comercial.

5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET

5.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

5.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





5.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Mata de São João/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Mata de São João/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

5.8. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5.9. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo I deste Edital.

6.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

6.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

6.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, **ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.





6.4. A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

6.7.1. informar o preço unitário do(s) ITEM(s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

6.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

6.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

6.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do ITEM

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o indicado pelo Pregoeiro no sistema Licitanet.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto", portanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.17.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.17.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. empresas brasileiras;

7.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





7.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

8. DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a **proposta final** escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema**, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1. o conteúdo da **Proposta de Preços Escrita** deverá dispor:

- a) Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do ITEM(preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais;
- b) apresentar a marca/modelo do produto ofertado, quando couber, constar no campo.
- c) A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- d) A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- e) A proposta de preços deverá conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Mata de São João sem quaisquer ônus adicionais.
- f) A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.
- g) **A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:**

1. **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;

2. **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa, **que os serviços atendem todas as exigências do Edital relativas à especificação e características, inclusive técnicas**;

3. **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;

4. **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;

5. **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;

6. **DECLARAÇÃO**, sob as penas da Lei, de que **inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação**;

7. **DECLARAÇÃO** de que **não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz**, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99).





8. **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João.

8.2.1.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, planilha detalhada de composição de custos e formação de preços, nos moldes do modelo indicado pela Administração, contemplando de forma individualizada todos os itens de custo direto e indireto, despesas operacionais, administrativas, tributos, encargos sociais, margens e demais componentes econômicos inerentes à prestação dos serviços:

ITEM	PERCENTUAL (%)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Mão de obra: salários, encargos e benefícios			
Frota e equipamentos: veículos, manutenção, depreciação e seguros			
Operação: logística, frequência			
Higienização: insumos, água e mão de obra			
Tributos: ISS, PIS/COFINS e demais encargos fiscais			
Custos administrativos: gestão, sistemas			
Seguros e garantias: execução contratual e responsabilidade civil			
BDI: despesas indiretas, riscos, custo financeiro, tributos incidentes e lucro			
TOTAIS:			

8.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

8.4. O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.4.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

8.4.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

8.5. Será **desclassificada** a proposta que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no edital;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

8.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do Item 9.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





9.1.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de até 02 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

9.1.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

9.1.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de **90 (noventa) dias após sua emissão.**

9.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

9.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

9.2.3. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

9.2.5. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

9.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

9.4. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

9.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

9.4.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem 13 deste edital.

9.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

9.6. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 9.2:

9.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

9.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

9.6.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

9.6.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

9.6.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.6.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.6.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

9.7. Dos documentos que compõem a habilitação:

9.7.1. Habilitação Jurídica:

a) registro comercial no caso de empresa individual;





- b) ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;
- e) Apresentação de documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- f) Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.

9.7.3. Da Qualificação Técnica:

- 9.7.3.1.** Comprovação através da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação.

9.7.3.2. Declarações:

Declaração formal e expressa da licitante, devidamente assinada por seu representante legal, declarando que:

- a) Prestará os serviços em conformidade com as diretrizes, especificações, normas técnicas e procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Mata de São João;
- b) Cumprirá integralmente as determinações, orientações e ordens de serviço expedidas pela Prefeitura Municipal de Mata de São João durante toda a execução contratual;
- c) Os condutores disponibilizados para execução dos serviços encontram-se ou estarão devidamente habilitados, portando documentação válida expedida pelos órgãos competentes, atendendo à categoria de habilitação específica exigida para cada tipo de veículo ou equipamento, inclusive com apresentação de certificado de curso específico e demais qualificações obrigatórias, quando a função assim exigir.
- d) Que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper durante a execução do contrato;
- e) **DECLARAÇÃO, sob as penas da lei, que tem plena ciência dos impactos fiscais da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023) e assume o compromisso formal de apresentar a demonstração analítica de custos e anuir com a revisão de preços para mais ou para menos, inclusive mediante redução proporcional do valor do contrato caso ocorra redução da carga tributária global sobre o objeto licitado, garantindo a neutralidade fiscal e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro avençado.**

9.7.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, **vedada** a substituição por Balançotes e Balanços provisórios.

a.1) Quando da apresentação de balanço patrimonial físico na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Registrado na Junta Comercial.

a.2) Quando da apresentação de balanço patrimonial digital na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
 - Demonstração de Resultado dos Exercícios;
 - Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
 - Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
 - Recibo emitido pelo sistema público.
- 9.7.4.1.** Os Itens acima indicados não se aplicam ao MEI - Micro Empreendedor Individual, logo dispensados de tais requisitos, conforme o disposto na Lei nº 10.406/2002, arts. 970 e 1.179, §2º, que assegura tratamento favorecido ao mesmo.
- 9.7.4.2.** A empresa licitante que ainda não tenha completa do seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico-financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.
- 9.7.4.3.** Os documentos referidos item 9.7.4 "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.7.5.** Apresentar **Certidão de concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.
- 9.7.6.** Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 9.7.6.1.** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 9.7.6.2. Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Ter ciência de que no momento do Instrumento Contratual deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 9.7.6.3. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estar ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 9.7.7.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, emitido até 90 (noventa) dias antes da data da licitação, **substitui** os documentos indicados nos subitens 9.7.1 ("a" à "d") à 9.7.2 "a".
- 9.7.8.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, substituirá o Atestado solicitado no subitem 9.7.3, caso o objeto da licitação esteja contemplado nos Códigos das Famílias de Materiais ou Serviços para os quais a empresa está apta a fornecer.
- 9.7.9. Na apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante) em substituição ao subitem 9.7.3, poderá ser solicitado documentos complementares para verificação da similaridade do objeto da licitação com o atestado.**
- 9.8.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

- 1.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- 1.2.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. DOS RECURSOS

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

10.1.1. recurso hierárquico em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) extinção do contrato (caso firmado), quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





10.1.2. pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

10.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

10.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do ITEM no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

10.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

10.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

10.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

10.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail recursosduvidaspmsj@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.5.1. A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

10.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

12.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

12.3 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei nº. 1015/2025:

Informamos dotação orçamentária para a despesa solicitada no presente processo, no valor **R\$ 1.247.940,72**, encontra-se respaldada na Lei nº 1015/2025 de acordo com a demonstração a seguir:

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
18.00 – SEOSP 18.01 – SEOSP	17	512	0013	2092	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	3.3.90.39	15000000 17530000 15010000

12.4. Os pagamentos serão efetuados, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, de acordo com o recebimento, conferência e aceite dos serviços prestados, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





a. A **CONTRATANTE** antes de efetuar o pagamento poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

b. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;**

c. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

d. **A não apresentação das comprovações acima assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.**

e. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL CORRESPONDENTE, DEVIDAMENTE ATESTADA, NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A LIQUIDAÇÃO, POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor

f. A Nota Fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

g. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

h. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

i. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** cópia atualizada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) sempre que houver sua renovação anual ou atualização cadastral, obrigatoriamente antes do vencimento do documento anteriormente apresentado, constituindo tal comprovação requisito para fins de fiscalização e autorização de pagamento.

j. A não apresentação do CRLV vigente e regular implicará impedimento da liquidação e do pagamento da respectiva medição/fatura até a efetiva regularização documental, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

k. Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

l. Obs.: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

m. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

n. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver a pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

o. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos da legislação vigente.

p. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

q. O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

r. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

13. ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O prazo de execução dos serviços será estabelecido em estrita conformidade com o cronograma operacional e formalizado por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela **CONTRATANTE**.

13.2. As diárias operacionais serão solicitadas formalmente de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, observadas as condições e especificações previstas neste instrumento.

13.3. A locação dos veículos será realizada com quilometragem livre, não havendo limitação de percurso, franquia de quilômetros ou cobrança adicional em razão da distância percorrida durante a execução dos serviços, cabendo à **CONTRATADA** arcar integralmente com todos os custos operacionais decorrentes da utilização dos veículos, conforme as demandas da **CONTRATANTE**.





13.4. A jornada diária para a execução dos serviços será de até 12 (doze) horas, compreendida preferencialmente no intervalo das 07h00 às 19h00, ou em outros horários estipulados pela CONTRATANTE para atender ao interesse público, inclusive em período noturno.

13.5. Local da prestação dos serviços: Considerando a natureza continuada e operacional do objeto, os serviços poderão ser executados em todo o território do Município de Mata de São João, conforme as demandas e necessidades da Administração Pública.

13.5. Os serviços, de que trata o presente Edital, serão recebidos:

a) provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;

b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

▪ O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

14. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

14.1. Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

14.1.1. Caso seja necessário o **ajuste da proposta de preços**, a licitante Vencedora deverá atender a **variação de percentual** do valor proposto e vencedor em conformidade sua **Proposta Inicial**, observando tal variação também em relação aos **valores unitários propostos**.

14.1.2. Prestar os serviços, rigorosamente, nas especificações constantes no **Anexo I**, parte integrante e indissociável deste Edital;

14.1.3. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação;

14.1.4. Não transferir, totalmente o objeto desta licitação;

14.1.5. Comunicar à Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

14.1.6. Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, isentando a PMMSJ de qualquer responsabilidade;

14.1.7. Manter-se, durante toda a execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.8. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da suspensão dos serviços, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da(s) CONTRATADA(S), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMMSJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência;

14.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

14.1.10. Responsabilizar-se por todo o ônus referente à prestação dos serviços;

14.1.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à prestação dos serviços e locação dos produtos, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s).

14.1.12. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. O fornecimento do objeto da presente licitação será formalizado, mediante Termo de Instrumento Contratual, a ser assinado pelas partes, cuja minuta encontra-se no Anexo III.

15.2. O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Tratando-se de serviço contínuo, a vigência poderá ser prorrogada por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e observado o disposto no art. 107 da referida lei.

15.3. Da formalização das obrigações:





- **Para fins de assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comprovar a propriedade do veículo a ser disponibilizado para a execução dos serviços, mediante apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente e regular, emitido em nome da CONTRATADA.**

15.3.1. A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.

15.3. Os quantitativos do Instrumento Contratual a ser celebrado poderão ser alterados, observando-se os limites previstos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

15.4. O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para assinar o Instrumento Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.4.1. Para que ocorra a assinatura do Instrumento Contratual em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

15.4.2. A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, **que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões**, a fim de obter as mais atualizadas, **à época da assinatura do Instrumento Contratual**, implicará **decaência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, facultando à Administração **chamar a próxima licitante melhor classificada**, para a **assinatura do Instrumento Contratual**, ou **revogar a licitação**, sem prejuízo da multa prevista e das demais cominações legais.

15.5. A Prefeitura de Mata de São João providenciará por sua conta, a publicação do extrato do Instrumento Contratual celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

15.6. Será responsável pela fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

FISCAL:

Renald Anunciação dos Santos
Coordenador de Manutenção de Estradas
Matrícula funcional Nº: 8611

SUB FISCAL:

Jecio Moreira da Silva
Gerente de Planejamento
Matrícula funcional: 8233

GESTOR:

Thalita Lorraine Pereira Santos
Assessora de Gabinete
Matrícula funcional Nº: 8969.

SUB GESTOR:

Allan Lucas Carvalho Tavares
Coordenador Administrativo
Matrícula funcional: 8482

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

16.1.3. não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Instrumento Contratual, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

16.1.5. fraudar a licitação.

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do instrumento contratual firmado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Instrumento Contratual licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Instrumento Contratual licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 72 (setenta e duas) horas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





16.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.14.1. A multa, no âmbito da Instrumento Contratual poderá ser:

1. Compensatórias (Inexecução): Destinadas a ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, aplicadas nos seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial da obrigação principal, caracterizada pelo abandono injustificado de rotas ou frentes de trabalho de limpeza urbana, ou pela suspensão não autorizada dos serviços por período superior a 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da notificação sobre a paralisação dos serviços;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, em caso de inexecução total do objeto que enseje a rescisão administrativa do ajuste por culpa exclusiva da contratada, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

2. Multas Moratórias (Atraso): Aplicadas pelo atraso injustificado na execução das obrigações contratuais, calculadas sobre o valor diário da locação do veículo em situação irregular, nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso no início do turno operacional ou na disponibilização do veículo e do motorista escalado, limitado a 30 (trinta) dias;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, configurando o atraso prolongado hipótese de inexecução parcial ou total do contrato;

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na recusa injustificada em retirar ou iniciar o cumprimento de uma Ordem de Serviço, contados do prazo estipulado pela fiscalização;

d) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor da fatura mensal por dia de atraso no atendimento de exigências, notificações ou recomendações expressas da fiscalização do contrato.

e) 0,5% (meio por cento) sobre o valor diário da locação do veículo irregular, por ocorrência, caso o serviço seja executado em desacordo com as especificações técnicas e operacionais, caracterizado pelas seguintes condutas:

I. Apresentação de veículo sem condições adequadas de limpeza, motorista sem Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou com documentação irregular;

II. Redução deliberada da velocidade operacional dos veículos ou retardamento injustificado das atividades de carga, descarga, deslocamento, posicionamento, substituição ou recolhimento das caçambas;

III. Prática de quaisquer atos destinados a prolongar artificialmente a execução dos serviços com o objetivo de atrasar o preenchimento das caçambas ou gerar vantagem indevida.

Parágrafo único: O valor total das multas moratórias acumuladas não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela inadimplida, em estrita observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e ao artigo 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de utilização de materiais, insumos ou mão de obra não homologados, inadequados ou em desconformidade com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.

III – Suspensão temporária:

Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

V – Rescisão unilateral:

Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados.





O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

16.15. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

16.16. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

16.17. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.18. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais.

16.19. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DE LA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

16.20. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

16.21. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

16.22. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

16.23. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.24 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.25 O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará ao contratado a multa de mora.

16.26. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

17. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

17.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

17.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial desta prefeitura.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1. ANEXO I - Planilha de Referência

18.11.2. ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta

18.11.3. ANEXO III – Minuta de Instrumento Contratual

Mata de São João, 16 de junho de 2026.

THAIS RODRIGUES SOARES
Coordenadora de Processos Licitatórios





ANEXO I

PLANILHA DE REFERENCIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS (PERÍODO DE 12 MESES)	MARCA / MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.1	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92

**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br



	INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTIVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.						
1.2	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MINÍMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTIVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92





1.3	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	---	---------------	----------	------------	--	-------------------	-----------------------





1.4	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MINÍMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	---	--------	---	-----	--	---------------	-------------------





1.5	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MINÍMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	--	---------------	----------	------------	--	-------------------	-----------------------





1.6	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MINÍMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	--	---------------	----------	------------	--	-------------------	-----------------------





1.7	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	--	---------------	----------	------------	--	-------------------	-----------------------





1.8	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MINÍMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 471,16	R\$ 147.001,92
-----	---	--------	---	-----	--	---------------	-------------------





1.9	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (OU VEÍCULO DE CARGA SIMILAR), MOTORIZAÇÃO DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO E PESO BRUTO TOTAL (PBT) MÍNIMO DE 6.800 KG. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA FIXA DE MADEIRA OU METAL, em perfeito estado de conservação e segurança, destinado ao transporte de materiais, terramentas e equipamentos.</p>	DIÁRIA	1	312		R\$ 230,53	R\$ 71.925,36	
-----	---	---------------	----------	------------	--	-------------------	----------------------	--





VALOR GLOBAL DOS ITENS 1.1 A 1.9: (UM MILHÃO E DUZENTOS E QUARENTA E SETE MIL E NOVECENTOS E QUARENTA REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)	R\$ 1.247.940,72
---	-----------------------------

A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, planilha detalhada de composição de custos e formação de preços, nos moldes do modelo indicado pela Administração, contemplando de forma individualizada todos os itens de custo direto e indireto, despesas operacionais, administrativas, tributos, encargos sociais, margens e demais componentes econômicos inerentes à prestação dos serviços:

ITEM	PERCENTUAL (%)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Mão de obra: salários, encargos e benefícios			
Frota e equipamentos: veículos, manutenção, depreciação e seguros			
Operação: logística, frequência			
Higienização: insumos, água e mão de obra			
Tributos: ISS, PIS/COFINS e demais encargos fiscais			
Custos administrativos: gestão, sistemas			
Seguros e garantias: execução contratual e responsabilidade civil			
BDI: despesas indiretas, riscos, custo financeiro, tributos incidentes e lucro			
TOTAIS:			

PROPONENTE:
DADOS DA PROPONENTE:
Nome:
Razão Social:
Endereço Completo
Telefone/ fax/e-mail:





TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

- 1.1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).

A solução consiste na locação de veículos de carga de grande porte, com fornecimento de motorista devidamente habilitado e qualificado, destinados às atividades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Mata de São João. O ciclo de vida do objeto está estruturado nas seguintes fases:

1. **Planejamento e Seleção:** Identificação da necessidade operacional para transporte de resíduos (poda, capina, entulhos) e mobilização de equipamentos. Seleção técnica fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), garantindo a escolha de veículos adequados e condutores qualificados em conformidade com as normas de trânsito e eficiência logística.
2. **Execução (Locação e Operação):** Disponibilização dos veículos e dos respectivos motoristas em regime de locação como serviço contínuo, assegurando a continuidade do serviço público de limpeza urbana. A execução prevê a entrega dos veículos em condições de plena operacionalidade e a escala dos condutores mediante vistoria técnica e conferência documental prévias.
3. **Manutenção e Substituição:** Assegura-se a manutenção técnica dos veículos e a regularidade da força de trabalho. Caberá à contratada a responsabilidade pela conservação preventiva e corretiva do veículo, bem como pela imediata substituição de veículos ou motoristas em caso de avarias, faltas ou impedimentos, garantindo a disponibilidade permanente e mitigando riscos de interrupção das atividades.
4. **Monitoramento e Controle:** Acompanhamento sistemático pela fiscalização do contrato, verificando o cumprimento das obrigações da contratada, a regularidade trabalhista e previdenciária dos motoristas dispostos, a periodicidade das manutenções dos veículos e a conformidade das entregas, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.
5. **Encerramento:** Exaurido o prazo de vigência, opera-se a extinção regular da relação contratual, cabendo à empresa contratada proceder à integral desmobilização de sua frota e de seus profissionais das frentes de trabalho municipais, resguardando-se a transição administrativa para a continuidade do serviço público, caso necessário.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21).

Da execução dos serviços e suas especificações:

Os serviços serão executados em todo o território do Município de Mata de São João/BA, abrangendo a sede urbana, a zona rural e o litoral, em conformidade com os mapeamentos operacionais previamente definidos pela CONTRATANTE.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do município é de 44.962 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 70,34 hab./km². A estrutura de habitação e urbanização apresenta os seguintes índices: 47,25% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado; 65,14% dos domicílios urbanos em vias arborizadas. A área territorial do município é de 605,168 km², e ele integra como metrópole (“hierarquia urbana 1c”) o arranjo populacional da Região Metropolitana de Salvador/BA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama dos municípios brasileiros: dados de população, densidade demográfica, área territorial e indicadores de saneamento e urbanização. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2025.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

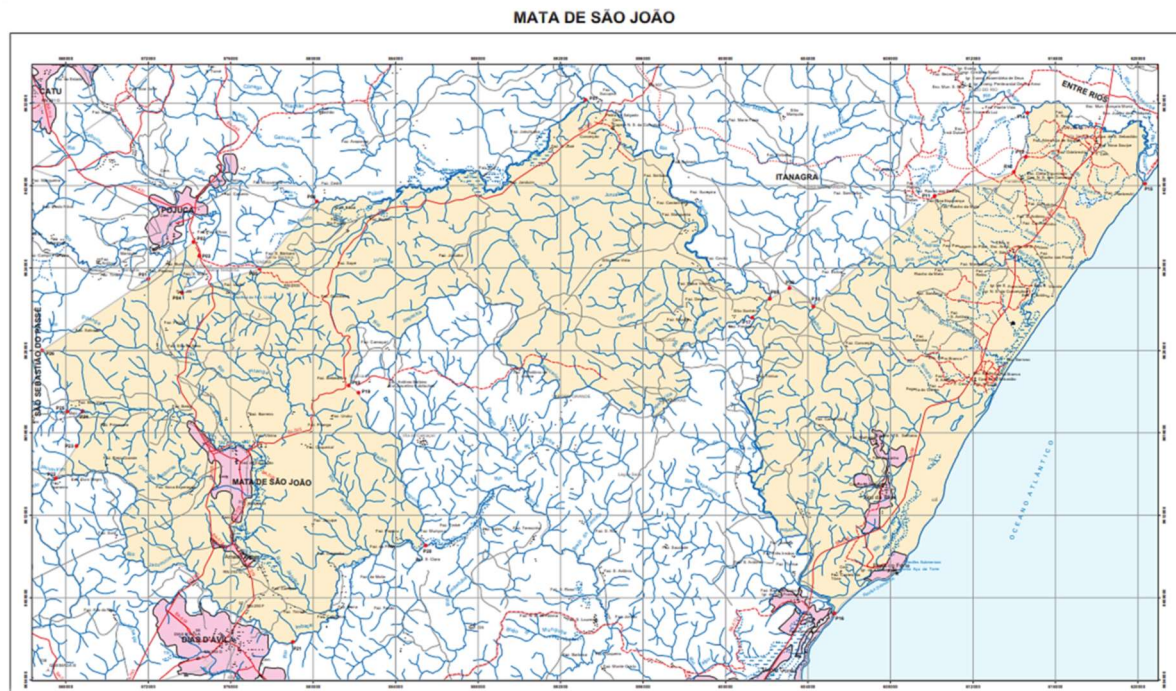
Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Abaixo segue mapa do município:



a 1

a) Do transporte de entulho, resíduos oriundos de roçagem, podas de árvores e demais volumosos inertes em caminhão basculante:

Considera-se o equipamento destinado aos serviços supracitados o descrito abaixo:

DESCRIÇÃO	UND
<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA

Incluem-se neste escopo de transporte os resíduos provenientes de roçagem, varrição, capina, resíduos de construção civil (inertes), volumosos e outros materiais não perigosos, classificados como **Classe II B (Inertes)** de acordo com a NBR 10.004 da ABNT, desde que não se caracterizem como resíduos domiciliares regulares e **Classe II A (Não Inertes)**.

Em estrita consonância com a **Lei Municipal nº 1.020, de 12 de dezembro de 2025**, aplicam-se as seguintes definições legais ao objeto desta contratação:

Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

XXIII. Resíduos da Construção Civil: são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros,



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, entre outros, comumente chamados de entulhos de obras;

XXIV. Resíduos de Poda e Jardinagem: são resíduos provenientes de atividades de roçada, poda, corte ou desbaste de árvores e galhos, capina, jardinagem, limpeza, entre outros, que apresentam em grande parte de sua composição material de origem vegetal, servindo como fonte de carbono para o processo de compostagem;

XXV. Resíduos Volumosos: são resíduos que não se enquadram como Resíduos de Construção Civil, mas que por apresentarem características diferenciadas de volume/peso em relação aos resíduos domiciliares não são recolhidos pela coleta domiciliar convencional, tais como: móveis, estofados, colchões, restos de madeira, eletrodomésticos fora de uso, entre outros.

Operacionalização, Obrigações e Logística de Riscos

Constitui obrigação da **CONTRATADA** a execução dos serviços em estrita conformidade com o cronograma e planejamento operacional emitidos pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a quem compete a fiscalização técnica do contrato.

Todo o material coletado deverá ser transportado e descarregado exclusivamente nos locais previamente indicados pela fiscalização do Município.

Para a garantia da segurança viária e mitigação de riscos de passivos ambientais, nenhum veículo poderá transitar com carga excessiva ou desalinhada. É obrigatória a perfeita arrumação da carga e a utilização de lona ou cobertura protetora análoga, de modo a impedir o derramamento de fragmentos ou poeira nas vias públicas, sob pena de aplicação das sanções administrativas contratuais cabíveis e responsabilização por infração ambiental.

A **CONTRATADA** deverá alocar e manter disponíveis os equipamentos e quantitativos mínimos dimensionados no instrumento convocatório, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, operados por profissionais devidamente habilitados, para atender prontamente às ordens de serviço emitidas pela Administração.

Interface Operacional: A disponibilização de maquinário do tipo retroescavadeira e dos respectivos operadores/ajudantes para a execução das atividades de carga e formação do comboio operacional constitui encargo exclusivo da **CONTRATANTE** (Prefeitura Municipal).

Os roteiros logísticos estimados apresentam uma média referencial de **35,77 km/dia por veículo**, calculados com base no histórico de demandas e planejados dinamicamente pela fiscalização do Município.

O fluxo do serviço obedecerá às seguintes etapas consecutivas:

1. **Triagem e Planejamento:** Consolidação das demandas e manifestações de munícipes registradas perante a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com a subsequente roteirização lógica das ordens de serviço diárias;
2. **Execução do Roteiro Ordinário:** Deslocamento do comboio para a coleta prioritária dos resíduos solicitados pela população;
3. **Execução do Roteiro Complementar:** Coleta e carregamento dos resíduos gerados pelas frentes de trabalho fixas e sazonais de roçagem, capina, varrição e limpeza de logradouros do Município;
4. **Disposição Final:** Deslocamento assistido do comboio carregado até a área indicada pela Administração.

Da Destinação Dos Resíduos (Transbordo)

A **CONTRATADA** deverá realizar o transporte dos resíduos coletados até as **Estações de Transbordo** municipais, localizadas nos seguintes pontos georreferenciado:

SEDE: Com área total construída de 631,00m², em um terreno com 1.155,00m², localizado na BA- 093, próximo ao bairro Monte Líbano.
 Coordenadas: **-12.504901, -38.333084**
 Referência Google Maps: [<https://maps.app.goo.gl/rYWfrTwoGpGYLjuUA>]

LITORAL: Em um terreno de 1.155,00m², localizado próximo a BA- 099, nas proximidades da ETE do Iberostar.
 Coordenadas aproximadas: **-12.539109, -38.003791**
 Referência Google Maps: [<https://maps.app.goo.gl/bNhZB3nuSJYXWNvi7>]

b) Do transporte de ferramentas e maquinários para os serviços de limpeza urbana:



Prefeitura Municipal de Mata de São João
 Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
 - www.matadesaojoao.ba.gov.br



DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (OU VEÍCULO DE CARGA SIMILAR), MOTORIZAÇÃO DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO E PESO BRUTO TOTAL (PBT) MÍNIMO DE 6.800 KG. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA FIXA DE MADEIRA OU METAL, em perfeito estado de conservação e segurança, destinado ao transporte de materiais, ferramentas e equipamentos.	DIÁRIA

O veículo utilitário/caminhão será destinado ao transporte de equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços de limpeza urbana — tais como roçadeiras, motopodas, pás, carrinhos de mão, motosserras, entre outros correlatos —, garantindo o suporte logístico e a mobilidade das equipes operacionais.

A execução dos serviços e os itinerários de transporte obedecerão estritamente à programação e ao planejamento diário emitidos pela **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, na qualidade de **CONTRATANTE** e gestora do contrato. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues e posicionados exatamente nos locais onde se encontram as equipes de mutirão de limpeza urbana, conforme determinação da fiscalização.

Para a salvaguarda da segurança viária e mitigação de riscos de acidentes ou passivos ambientais, nenhum veículo poderá transitar com carga desalinhada, solta ou acima da capacidade permitida. É obrigatória a perfeita arrumação e amarração da carga, nos termos das normas do CONTRAN.

O veículo deverá dispor obrigatoriamente de lona plástica impermeável e sistema de fixação (cobertura de carroceria), a ser utilizado sempre que houver iminência ou ocorrência de chuvas, ou quando as características do material transportado exigirem proteção contra intempéries.

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os veículos e equipamentos em quantidade e especificações suficientes para atender integralmente às ordens de serviço e demandas sazonais emitidas pela Administração, mantendo-os em perfeito estado de conservação e rodagem.

Os roteiros logísticos executados apresentarão uma média referencial estimada de **35,00 km/dia por veículo**, calculados com base no histórico de demandas e planejados dinamicamente pela fiscalização da **CONTRATANTE** conforme as necessidades do Município.

Da Jornada Operacional, da Disponibilidade dos Motoristas e veículos e da Execução dos Serviços:

O prazo de execução dos serviços será estabelecido em estrita conformidade com o cronograma operacional e formalizado por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela **CONTRATANTE**.

As diárias operacionais serão solicitadas formalmente de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, observadas as condições e especificações previstas neste instrumento.

A locação dos veículos será realizada com quilometragem livre, não havendo limitação de percurso, franquia de quilômetros ou cobrança adicional em razão da distância percorrida durante a execução dos serviços, cabendo à **CONTRATADA** arcar integralmente com todos os custos operacionais decorrentes da utilização dos veículos, conforme as demandas da **CONTRATANTE**.

A jornada diária para a execução dos serviços será de até 12 (doze) horas, compreendida preferencialmente no intervalo das 07h00 às 19h00, ou em outros horários estipulados pela CONTRATANTE para atender ao interesse público, inclusive em período noturno.

- Parágrafo único: Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** observar as normas trabalhistas vigentes (CLT) relativas à alternância de turnos, intervalos intrajornada e limites legais de prorrogação de jornada de seus prepostos, sem repasse de quaisquer ônus adicionais à Administração.

A Contratada deverá disponibilizar motorista devidamente habilitado, possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em categoria compatível com o tipo, porte e capacidade operacional do veículo a ser utilizado na execução dos serviços.

O início efetivo dos trabalhos operacionais e a disponibilização do veículo ocorrerão a partir das 07h00, salvo determinação expressa em contrário da fiscalização.

O faturamento da diária estará condicionado à prestação mínima de 10 (dez) horas de serviços efetivos, podendo esta ser estendida até o limite de 12 (doze) horas diárias, conforme as necessidades operacionais da Administração.

O veículo e o respectivo motorista deverão apresentar-se no local e horário previamente indicados pela **CONTRATANTE**, competindo à **CONTRATADA** assegurar o pleno e tempestivo atendimento das demandas solicitadas.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





A prestação dos serviços ocorrerá ordinariamente de segunda-feira a sábado, inclusive em feriados e pontos facultativos, admitida a convocação para execução aos domingos, de acordo com o volume de demandas e a conveniência da Administração, não se limitando a execução ao horário comercial padrão.

Os tempos de deslocamento (mobilização e desmobilização) do veículo e do motorista entre a garagem da CONTRATADA e o local indicado para o início ou encerramento das atividades não serão computados para fins de contagem da diária ou da jornada efetiva de trabalho.

Não será contabilizada ou paga a diária nas hipóteses de indisponibilidade do veículo decorrente de avarias, quebras, sinistros ou interrupções para manutenções preventivas ou corretivas.

Os custos decorrentes de deslocamento, insumos e combustível para fins de manutenção e reparo do veículo correm por conta exclusiva da CONTRATADA, não gerando qualquer direito a reembolso ou cobertura financeira por parte da CONTRATANTE.

O cômputo do período da diária iniciar-se-á no momento da chegada do veículo e do motorista ao local de início das atividades determinado pela CONTRATANTE, e encerrar-se-á imediatamente após a execução do último descarregamento da carga no destino final indicado pela Administração.

As medições mensais serão processadas com base nos serviços efetivamente executados, atestados e aprovados pela fiscalização do contrato, mediante relatórios de controle de jornada e planilhas de produtividade.

Para salvaguardar a eficiência operacional e a continuidade dos serviços, o último descarregamento do veículo deverá ocorrer em até 30 (trinta) minutos antes do encerramento da jornada diária, sendo vedada a interrupção antecipada injustificada das atividades ou a permanência do veículo em situação de ociosidade antes do término da diária.

Nas frentes de trabalho vinculadas à operação de retroescavadeiras ou demais maquinários utilizados pela CONTRATANTE, o motorista deverá permanecer junto ao veículo acompanhando a execução dos trabalhos, sendo-lhe expressamente vedado afastar-se do local ou desempenhar atividades estranhas ao objeto contratual durante os períodos de espera para carregamento, salvo autorização da fiscalização.

Da Eficiência E Da Regularidade Na Execução Dos Serviços

É expressamente vedado aos motoristas, operadores ou prepostos da CONTRATADA reduzir deliberadamente a velocidade operacional dos veículos, retardar injustificadamente os procedimentos de carga, descarga, deslocamento, posicionamento, substituição ou recolhimento de caçambas, bem como praticar atos que visem prorrogar artificialmente o tempo de execução para auferir vantagens indevidas.

A CONTRATADA obriga-se a manter os veículos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e pleno funcionamento. Os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, revisões, abastecimentos, substituições de pneus e lubrificação deverão ser realizados, obrigatoriamente, em períodos nos quais o veículo não esteja escalado ou à disposição da CONTRATANTE, vedada qualquer paralisação que comprometa a regularidade do serviço.

A constatação de condutas que comprometam a produtividade, a regularidade ou a eficiência na execução contratual ensejará a imediata aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da glosa proporcional dos valores correspondentes na medição mensal.

Dos veículos:

Os veículos locados deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE em estrita conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), munidos de todos os equipamentos de segurança obrigatórios e acompanhados da respectiva documentação de porte obrigatório, regularizada e válida para o período de execução.

É requisito indispensável para a prestação dos serviços a regular operação do registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (**tacógrafo**), restando vedada a utilização de veículos que apresentem ausência, defeito ou adulteração neste equipamento.

A CONTRATADA deverá comprovar, mediante certidão ou documento oficial emitido pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), que os veículos disponibilizados estão livres de quaisquer restrições administrativas, judiciais, financeiras ou de qualquer outra natureza que possam comprometer, interromper ou embarçar a regular execução do objeto contratual.

Todas as despesas de natureza tributária, administrativa ou cível indispensáveis à circulação dos veículos — incluindo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), seguro obrigatório, taxa de licenciamento, emplacamento e demais encargos correlatos — correm por conta exclusiva da CONTRATADA.

- Parágrafo único: Nas hipóteses de renovação anual do licenciamento, a CONTRATADA obriga-se a apresentar à fiscalização os novos documentos vigentes e regularizados antes do atingimento da data limite de vencimento.

Da Manutenção, Substituição E Responsabilidade Civil

A CONTRATADA assume a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva dos caminhões e equipamentos operacionais, abrangendo o fornecimento de lubrificantes, reposição de peças originais ou de qualidade



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





equivalente, reposição de acessórios e substituição de pneus, mantendo a frota em perfeitas condições de uso, conservação, segurança, funilaria, pintura, sinalização visual e higienização interna e externa.

É vedada a utilização, na execução dos serviços, de veículos com certificado de verificação do tacógrafo vencido, irregular ou em desacordo com as normas estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e trânsito competentes, devendo a CONTRATADA manter toda a documentação e aferições obrigatórias devidamente atualizadas durante toda a vigência contratual.

Os pneus que apresentarem desgaste natural pelo uso ou danos decorrentes de qualquer eventualidade deverão ser integralmente substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, contadas da constatação do fato ou da notificação pela fiscalização.

A retirada de veículos para revisão ou manutenção preventiva deverá ser comunicada à Fiscalização da Prefeitura, por escrito, formalizado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A liberação fica condicionada à imediata substituição por veículo equivalente (reserva), sem prejuízo à execução dos serviços.

Em caso de falha mecânica, panes elétricas, sinistros, revisões periódicas programadas ou qualquer outro evento impeditivo que enseje a paralisação do veículo, a CONTRATADA obriga-se a realizar a substituição do bem por outro de idêntica ou superior especificação técnica, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

- **Parágrafo único:** O descumprimento do prazo fixado para a substituição do veículo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor correspondente à diária do veículo indisponível, sem prejuízo da glosa dos dias não trabalhados e da aplicação de outras sanções administrativas e contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

A CONTRATADA responderá civil e regressivamente de forma integral, exclusiva e direta por quaisquer danos materiais, morais, estéticos ou corporais decorrentes de sinistros com os veículos locados, causados à CONTRATANTE, a seus servidores, a prepostos ou a terceiros, isentando a Administração Pública de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

Do Sistema De Rastreamento E Do Fornecimento De Combustível

Para fins de monitoramento, fiscalização e aferição de produtividade, a **CONTRATADA deverá instalar e manter ativo em cada veículo equipamento de Sistema de Posicionamento Global (GPS) ou tecnologia similar de telemetria** que permita o controle preciso de quilometragem rodada garantindo à CONTRATANTE o acesso irrestrito às informações e relatórios emitidos sempre que requisitados pela fiscalização.

As informações e registros extraídos do sistema de rastreamento e monitoramento via GPS deverá ser disponibilizada à CONTRATANTE sempre que requisitados, para fins de fiscalização, acompanhamento da execução contratual e controle operacional dos serviços prestados.

O fornecimento de combustível para a execução dos serviços será custeado pela CONTRATANTE, tomando-se como base de cálculo estrita e prioritária a quilometragem efetivamente percorrida e registrada por meio do sistema de GPS.

- **Parágrafo primeiro:** Em situações excepcionais de interrupção operacional, falha técnica do GPS ou em rotas administrativas previamente planejadas com distâncias fixas conhecidas e homologadas pela fiscalização, a aferição do quantitativo rodado **poderá** ocorrer, subsidiariamente, mediante a conferência do **odômetro** (também chamado de odômetro) do veículo.
- **PARÁGRAFO SEGUNDO: O CÁLCULO PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL OBSERVARÁ AS SEGUINTE MÉDIAS DE CONSUMO PADRÃO DA ADMINISTRAÇÃO, EXTRAÍDAS DE PARÂMETROS HISTÓRICOS DE SUA FROTA DE GRANDE PORTE:**

- **2,5 KM/LITRO PARA O VEÍCULO DESCRITO ABAIXO:**

DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.	DIÁRIA (12 HORAS)





- **4,0 KM/LITRO PARA O VEÍCULO DESCRITO ABAIXO:**

DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (OU VEÍCULO DE CARGA SIMILAR), MOTORIZAÇÃO DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO E PESO BRUTO TOTAL (PBT) MÍNIMO DE 6.800 KG. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA FIXA DE MADEIRA OU METAL, em perfeito estado de conservação e segurança, destinado ao transporte de materiais, terramentas e equipamentos.	DIÁRIA (12 HORAS)

A CONTRATADA deverá apresentar boletim formal de controle de odômetro no início e ao término de cada diária executada, acompanhado de registro fotográfico contendo, obrigatoriamente, a identificação da quilometragem registrada, bem como data, horário e local do respectivo apontamento.

A rotina de abastecimento será rigorosamente acompanhada e fiscalizada pelo agente responsável pela gestão do contrato, obedecendo ao seguinte rito procedimental:

- Ao término de cada expediente diário, o operador/motorista responsável apresentará o relatório oficial expedido pelo sistema de GPS comprovando a quilometragem rodada no desempenho das atividades exclusivas do contrato.
- Após a conferência, validação e atesto dos dados pela fiscalização, será emitida a respectiva autorização de abastecimento contendo o quantitativo exato em litros a ser disponibilizado para a operação do dia subsequente.

Da fiscalização do contrato e recebimento dos serviços:

A fiscalização dos serviços objeto do presente contrato caberá os servidores da CONTRATANTE.

Os fiscais serão designados para acompanhar a execução do contrato, de forma a assegurar o cumprimento do objeto contratual, trazendo aos autos do processo os elementos necessários e suficientes à compatibilização dos atos praticados pela fiscalização, assim como pelo recebimento dos serviços;

As pendências eventualmente verificadas, durante a execução do contrato, implicarão na aplicação das penalidades contratuais, também previstas no referido documento;

Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade de acompanhamento e FISCALIZAÇÃO em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes;

É obrigação dos responsáveis pela FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Termo de Referência e contrato;

Dos custos:

Todos os insumos, recursos, meios e fatores necessários à perfeita execução dos serviços ocorrerão integralmente por conta da CONTRATADA, incluindo, sem se limitar a, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, equipamentos, veículos, manutenção, logística e a execução dos serviços nos locais indicados pela CONTRATANTE, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a formulação de pleitos de reequilíbrio, ressarcimento ou cobranças adicionais decorrentes da ausência de previsão ou subavaliação de tais custos.

Da Subcontratação:

É vedada a subcontratação do objeto.

Da sustentabilidade:

A execução dos serviços de locação de veículos de carga pesada gera impactos ambientais relacionados à emissão de poluentes atmosféricos, ruídos e resíduos oriundos da manutenção mecânica. Para mitigá-los, a contratada deverá utilizar veículos em conformidade com o PROCONVE, operar com Diesel S10 fornecido pela Administração e manter a manutenção preventiva regular dos motores, comprovando, quando solicitado, os respectivos relatórios técnicos.

Quanto aos resíduos gerados nas manutenções, caberá integralmente à contratada a responsabilidade pelo recolhimento, transporte e destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos, filtros e demais materiais



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





contaminados, mediante comprovação da logística reversa e apresentação dos certificados de destinação final, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

Especificação da garantia exigida dos itens e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:

Durante o período de execução contratual, a assistência técnica e os suportes operacionais preventivo e corretivo deverão ser prestados de forma integral pela contratada, sem custos adicionais, englobando as seguintes condições mínimas de eficácia:

- 1) **Suporte Remoto e Presencial:** atendimento por canais de comunicação ágeis e eficientes estruturados pela contratada para a abertura formal de chamados;
- 2) **Atendimento de Emergência:** disponibilização de profissionais qualificados para pronto atendimento e diagnósticos precisos em prazos compatíveis com as necessidades da Secretaria;
- 3) **Rastreabilidade:** registro e documentação detalhada de todas as intervenções corretivas executadas, relatórios de suporte e histórico de sinistros ou substituições operacionais realizadas no período.
- 4) **Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos:**
- 5) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como por taxas, seguros, remuneração e custos de deslocamento dos motoristas, manutenção da frota e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que incidam ou venham a incidir na execução contratual, excetuando-se o fornecimento de combustível, que correrá por conta do Município.
- 6) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início do turno operacional, a ocorrência de motivos de força maior ou caso fortuito que impossibilitem a disponibilização do veículo ou do motorista escalado, apresentando a devida comprovação e providenciando a imediata substituição para evitar a interrupção dos serviços de limpeza urbana.

11.2 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para a apresentação da proposta. Após este interstício, o reajuste poderá ser concedido mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme preceitua o art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A qualquer tempo durante a execução contratual, os preços pactuados poderão ser revistos para mais ou para menos, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A revisão dependerá de requerimento formal acompanhado de demonstração analítica (planilha de custos ratificada por documentos fiscais e contábeis) que comprove a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.5. Não darão ensejo ao reequilíbrio econômico-financeiro as variações ordinárias de mercado ou eventos que integrem o risco empresarial normal do objeto, tais como o desgaste natural de componentes da frota locada ou despesas comuns com pessoal técnico, os quais devem ser absorvidos pela contratada.

11.6. O reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro gerará efeitos retroativos à data do evento imprevisível causador do desequilíbrio, condicionado à formalização por meio de termo aditivo e à devida publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11.7. OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS OS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA. OCORRENDO A ALTERAÇÃO, EXTINÇÃO OU CRIAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS, DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023), INCLUSIVE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO FISCAL, OS PREÇOS PRATICADOS SERÃO REVISTOS PARA MAIS OU PARA MENOS, NA EXATA PROPORÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ENCARGOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, INCISO II, ALÍNEA "D", E DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 14.133/2021.

11.8. A substituição gradual ou total dos tributos vigentes (notadamente PIS, COFINS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ensejará o redimensionamento da planilha de custos e formação de preços da contratada por meio de termo aditivo, de forma a manter estrita neutralidade fiscal e preservar a equação econômico-financeira original do contrato.

11.9. Cabe à CONTRATADA apresentar à Administração Pública Municipal a demonstração analítica do impacto dos novos regimes tributários sobre o custo do serviço de locação, promovendo a correspondente redução do preço contratado caso a carga tributária real seja reduzida, ou requerendo o acréscimo proporcional em caso de comprovado aumento do encargo fiscal global sobre o objeto licitado.





Disposições Finais e Garantias

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Manter com a CONTRATADA, contatos preferencialmente por escrito, ressaltados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;
- b) Nos termos do art. 117, Lei nº 14.133 de 2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- c) Fiscalizar a execução do contrato;
- d) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- e) Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do contrato, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das previstas em lei e nos demais anexos deste instrumento:

- I. Assumir total responsabilidade técnica, civil e administrativa pela execução dos serviços, respondendo com exclusividade por quaisquer danos materiais, pessoais ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de dolo, culpa ou má conduta de seu pessoal e uso de seus equipamentos, isentando o Ente Público de qualquer solidariedade ou ônus.
- II. Indicar e manter preposto formalmente constituído logo após a assinatura do contrato para representar a empresa perante a fiscalização nos horários predeterminados pela Administração.
- III. Arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos da contratação, incluindo salários, vales, tributos, tarifas, taxas, contribuições previdenciárias, fiscais, comerciais e trabalhistas, além de contratar e custear os seguros necessários, inclusive de responsabilidade civil.
- IV. Manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.
- V. É vedado à CONTRATADA caucionar, ceder ou utilizar o presente instrumento contratual para qualquer tipo de operação financeira (como fomento mercantil ou antecipação de recebíveis) sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- VI. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial atualizado do contrato até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento), mediante regular e motivada justificativa técnica da Administração.
- VII. Cumprir rigorosamente os prazos e metas estipulados para fazer jus ao recebimento do preço pactuado, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.
- VIII. Executar os serviços com estrita eficiência, sendo expressamente vedada a interrupção antecipada injustificada das atividades ou a permanência de veículos em situação de ociosidade antes do término da diária contratada.
- IX. Nas frentes de trabalho vinculadas à operação de retroescavadeiras ou outros maquinários da CONTRATANTE, o motorista deverá permanecer junto ao veículo acompanhando a execução das tarefas,



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





sendo-lhe vedado afastar-se do local ou desempenhar atividades estranhas ao objeto durante os períodos de espera para carregamento, salvo determinação expressa da fiscalização.

- X. Submeter os veículos e equipamentos cadastrados a vistorias periódicas obrigatórias sempre que exigido pela fiscalização.
- XI. Fica terminantemente proibida a descarga ou destinação de resíduos e materiais coletados em locais não autorizados expressamente pela Prefeitura Municipal.
- XII. Observar a proibição de exploração de publicidade comercial nos veículos, equipamentos ou uniformes utilizados na execução dos serviços, permitindo-se apenas dizeres, logomarcas ou símbolos previamente autorizados pela CONTRATANTE.
- XIII. Administrar seu quadro de pessoal sob sua exclusiva conta e risco trabalhista, restando vedada a transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE. Eventuais demandas judiciais propostas por empregados ou prestadores da CONTRATADA não gerarão qualquer responsabilidade, direta ou subsidiária, ao Município.
- XIV. Responsabilizar-se pelo bom comportamento, urbanidade e disciplina de seu pessoal. A CONTRATADA obriga-se a afastar e substituir qualquer trabalhador cuja conduta seja julgada inconveniente pela fiscalização, no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da notificação.
- XV. Garantir que seus empregados cumpram a proibição de realizar catação, triagem ou separação informal dos resíduos coletados no ato da execução, bem como a proibição de solicitar ou receber gratificações, gorjetas ou donativos de qualquer espécie junto aos cidadãos.
- XVI. Cumprir rigorosamente a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, assegurando condições adequadas de higiene, saúde e integridade física de todos os envolvidos nas operações em estrita observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente as NRs 6, 9 e 18).
- XVII. Implantar prioritariamente os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) — incluindo sinalização de segurança, isolamento de áreas de risco e proteções em maquinários —, sem prejuízo do fornecimento, fiscalização e exigência do uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, promovendo treinamentos contínuos de prevenção de acidentes.
- XVIII. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a ampla fiscalização dos serviços, franqueando ao pessoal designado livre acesso a depósitos, oficinas, garagens, registros operacionais, anotações de pessoal e demais documentos pertinentes, sem que isso reduza a responsabilidade contratual da empresa.
- XIX. Prestar, prontamente, toda a orientação, dados técnicos e esclarecimentos solicitados pela fiscalização. A CONTRATADA deverá manifestar-se junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEOSP) sobre quaisquer fatos noticiados ou intercorrências que a envolvam, independentemente de notificação prévia.
- XX. Comunicar verbalmente e de imediato, com posterior confirmação por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento ou força maior que impossibilite a prestação regular dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela SEOSP.
- XXI. Em caso de extinção, rescisão ou término do contrato, a CONTRATADA obriga-se a garantir a continuidade dos serviços considerados essenciais pelo prazo fixado pela Administração Pública, o qual não será inferior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de assegurar a transição operacional e resguardar o interesse público na manutenção da limpeza urbana.
- XXII. A Contratada compromete-se a executar os serviços em estrita observância às normas de proteção ambiental e sustentabilidade, sujeitando-se às seguintes obrigações específicas:

Parágrafo Primeiro - Os veículos disponibilizados para a execução do objeto contratual deverão atender integralmente aos limites de emissão de poluentes atmosféricos e ruídos estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), nos termos da legislação ambiental vigente.

Parágrafo Segundo - A Contratada deverá realizar sempre que solicitado a apresentação periódica à fiscalização do contrato dos relatórios de manutenção preventiva e regulação mecânica dos motores, acompanhados dos respectivos testes de opacidade, com a finalidade de prevenir a queima incompleta de combustível e coibir a emissão excessiva de fumaça preta.

Parágrafo Terceiro - Todos os refugos, resíduos perigosos ou materiais inservíveis decorrentes da manutenção operacional dos veículos, incluindo pneus, baterias, óleos lubrificantes usados, filtros e estopas contaminadas, deverão ser recolhidos, transportados e destinados ambientalmente de forma adequada pela Contratada. O processamento desses materiais deverá ocorrer em instalações próprias da empresa ou em oficinas devidamente credenciadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.



**ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA****(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO)****À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____,
Estabelecida na _____, para o fornecimento do bem relacionado no Anexo I, ITEM pelo preço total de
R\$.....(.....).

- 1- Os valores unitários e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).
- 2- O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento das propostas.
- 3- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregar todos os itens no prazo estipulado no Edital.

**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br



Local e data.
PROPONENTE:
DADOS DA PROPONENTE:
Nome:
Razão Social:
Endereço Completo
Telefone/ fax/e-mail:





ANEXO III

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

A **Prefeitura de Mata de São João**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede na Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Centro, Mata de São João - Bahia, neste ato representada

, doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/0001-____, estabelecida na Rua _____, nº ____, Edifício _____, _____, no Município de _____, através de seu _____, _____, portador de cédula de identidade nº _____ SSP/____ e CPF nº _____-____, denominando-se a partir de agora, simplesmente, CONTRATADA; na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo-assinadas firmam o presente Instrumento Contratual, decorrente da homologação da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026**, em ____/____/____; **Processo Administrativo nº 11305/2026**, sujeitando-se os contratantes à Lei Federal nº. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026** e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de veículos de carga e grande porte com motorista e manutenção integral, destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Mata de São João/BA

Parágrafo Único: O processo, normas, instruções, edital, seus anexos, assim como também Instrumento Contratual e a proposta da **CONTRATADA** constantes na licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026**, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independente de transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, , contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Tratando-se de serviço contínuo, a vigência poderá ser prorrogada por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e observado o disposto no art. 107 da referida lei.

2.2. A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua a eficácia/vigência.

2.3. O prazo de execução dos serviços será estabelecido em estrita conformidade com o cronograma operacional e formalizado por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

2.4. As diárias operacionais serão solicitadas formalmente de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, observadas as condições e especificações previstas neste instrumento.

2.5. A locação dos veículos será realizada com quilometragem livre, não havendo limitação de percurso, franquia de quilômetros ou cobrança adicional em razão da distância percorrida durante a execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA arcar integralmente com todos os custos operacionais decorrentes da utilização dos veículos, conforme as demandas da CONTRATANTE.

2.6. A jornada diária para a execução dos serviços será de até 12 (doze) horas, compreendida preferencialmente no intervalo das 07h00 às 19h00, ou em outros horários estipulados pela CONTRATANTE para atender ao interesse público, inclusive em período noturno.

2.7. Local da prestação dos serviços: Considerando a natureza continuada e operacional do objeto, os serviços poderão ser executados em todo o território do Município de Mata de São João, conforme as demandas e necessidades da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. O presente Instrumento Contratual subordina-se ao **regime de fornecimento de entrega parcial**, conforme Ordem de Serviço a ser emitida por esta Administração, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

1. Da **CONTRATADA**:

- A- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- B- Manter durante toda a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- C- Apresentar durante a execução do Instrumento Contratual, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- D- Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Instrumento Contratual, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- E- Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Instrumento Contratual;
 - a) Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará ao **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento
- F- Comunicar, por escrito, ao **CONTRATANTE** qualquer dificuldade eventual que inviabilize as locações, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;
- G- **Endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes** _____
- H- **Dispensa-se comunicação mediante correspondência física. Assim a empresa CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido através de declaração solicitada no edital que originou o presente instrumento**
- I- A **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.
- J- A **CONTRATADA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas do Instrumento Contratual e demais documentos que o integram;
- K- Realizar o objeto que lhe foi adjudicado, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando ao seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus da **CONTRATANTE**, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados;
- L- Efetuar a entrega dos itens/materiais e/ou prestar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.
- M- Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- N- Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, montagem, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação dos serviços.
- O- **Obrigações específicas para execução dos serviços:**

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

Da execução dos serviços e suas especificações:

Os serviços serão executados em todo o território do Município de Mata de São João/BA, abrangendo a sede urbana, a zona rural e o litoral, em conformidade com os mapeamentos operacionais previamente definidos pela **CONTRATANTE**.

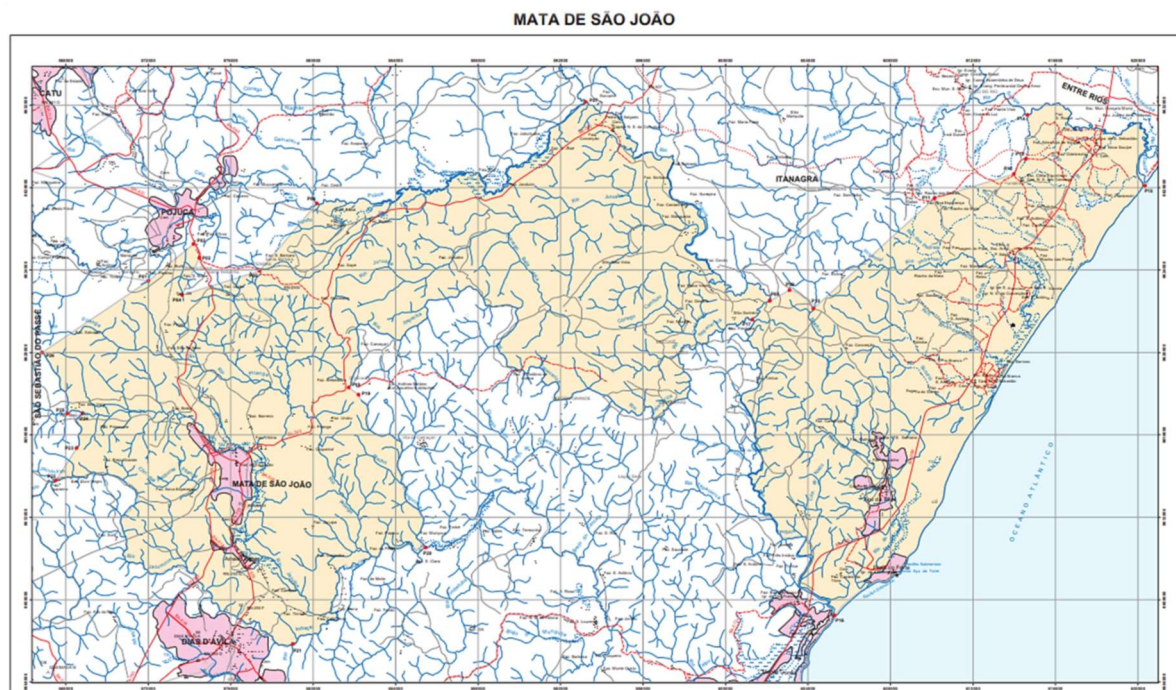
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do município é de 44.962 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 70,34 hab./km². A estrutura de habitação e urbanização apresenta os seguintes índices: 47,25% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado; 65,14% dos domicílios urbanos em vias arborizadas. A área territorial do município é de 605,168 km², e ele integra como metrópole ("hierarquia urbana 1c") o arranjo populacional da Região Metropolitana de Salvador/BA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama dos municípios brasileiros: dados de população, densidade demográfica, área territorial e indicadores de saneamento e urbanização. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2025.





Abaixo segue mapa do município:



a) Do transporte de entulho, resíduos oriundos de roçagem, podas de árvores e demais volumosos inertes em caminhão basculante:

Considera-se o equipamento destinado aos serviços supracitados o descrito abaixo:

DESCRIÇÃO	UND
<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA

Incluem-se neste escopo de transporte os resíduos provenientes de roçagem, varrição, capina, resíduos de construção civil (inertes), volumosos e outros materiais não perigosos, classificados como **Classe II B (Inertes)** de acordo com a NBR 10.004 da ABNT, desde que não se caracterizem como resíduos domiciliares regulares e **Classe II A (Não Inertes)**.

Em estrita consonância com a **Lei Municipal nº 1.020, de 12 de dezembro de 2025**, aplicam-se as seguintes definições legais ao objeto desta contratação:

Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

XXIII. Resíduos da Construção Civil: são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros,



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, entre outros, comumente chamados de entulhos de obras;

XXIV. Resíduos de Poda e Jardinagem: são resíduos provenientes de atividades de roçada, poda, corte ou desbaste de árvores e galhos, capina, jardinagem, limpeza, entre outros, que apresentam em grande parte de sua composição material de origem vegetal, servindo como fonte de carbono para o processo de compostagem;

XXV. Resíduos Volumosos: são resíduos que não se enquadram como Resíduos de Construção Civil, mas que por apresentarem características diferenciadas de volume/peso em relação aos resíduos domiciliares não são recolhidos pela coleta domiciliar convencional, tais como: móveis, estofados, colchões, restos de madeira, eletrodomésticos fora de uso, entre outros.

Operacionalização, Obrigações e Logística de Riscos

Constitui obrigação da **CONTRATADA** a execução dos serviços em estrita conformidade com o cronograma e planejamento operacional emitidos pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a quem compete a fiscalização técnica do contrato.

Todo o material coletado deverá ser transportado e descarregado exclusivamente nos locais previamente indicados pela fiscalização do Município.

Para a garantia da segurança viária e mitigação de riscos de passivos ambientais, nenhum veículo poderá transitar com carga excessiva ou desalinhada. É obrigatória a perfeita arrumação da carga e a utilização de lona ou cobertura protetora análoga, de modo a impedir o derramamento de fragmentos ou poeira nas vias públicas, sob pena de aplicação das sanções administrativas contratuais cabíveis e responsabilização por infração ambiental.

A **CONTRATADA** deverá alocar e manter disponíveis os equipamentos e quantitativos mínimos dimensionados no instrumento convocatório, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, operados por profissionais devidamente habilitados, para atender prontamente às ordens de serviço emitidas pela Administração.

Interface Operacional: A disponibilização de maquinário do tipo retroescavadeira e dos respectivos operadores/ajudantes para a execução das atividades de carga e formação do comboio operacional constitui encargo exclusivo da **CONTRATANTE** (Prefeitura Municipal).

Os roteiros logísticos estimados apresentam uma média referencial de **35,77 km/dia por veículo**, calculados com base no histórico de demandas e planejados dinamicamente pela fiscalização do Município.

O fluxo do serviço obedecerá às seguintes etapas consecutivas:

1. **Triagem e Planejamento:** Consolidação das demandas e manifestações de munícipes registradas perante a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com a subsequente roteirização lógica das ordens de serviço diárias;
2. **Execução do Roteiro Ordinário:** Deslocamento do comboio para a coleta prioritária dos resíduos solicitados pela população;
3. **Execução do Roteiro Complementar:** Coleta e carregamento dos resíduos gerados pelas frentes de trabalho fixas e sazonais de roçagem, capina, varrição e limpeza de logradouros do Município;
4. **Disposição Final:** Deslocamento assistido do comboio carregado até a área indicada pela Administração.

Da Destinação Dos Resíduos (Transbordo)

A **CONTRATADA** deverá realizar o transporte dos resíduos coletados até as **Estações de Transbordo** municipais, localizadas nos seguintes pontos georreferenciado:

SEDE: Com área total construída de 631,00m², em um terreno com 1.155,00m², localizado na BA- 093, próximo ao bairro Monte Líbano.
 Coordenadas: **-12.504901, -38.333084**
 Referência Google Maps: [<https://maps.app.goo.gl/rYWfrTwoGpGYLjuUA>]

LITORAL: Em um terreno de 1.155,00m², localizado próximo a BA- 099, nas proximidades da ETE do Iberostar.
 Coordenadas aproximadas: **-12.539109, -38.003791**
 Referência Google Maps: [<https://maps.app.goo.gl/bNhZB3nuSJYXWNvi7>]

b) Do transporte de ferramentas e maquinários para os serviços de limpeza urbana:





DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (OU VEÍCULO DE CARGA SIMILAR), MOTORIZAÇÃO DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO E PESO BRUTO TOTAL (PBT) MÍNIMO DE 6.800 KG. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA FIXA DE MADEIRA OU METAL, em perfeito estado de conservação e segurança, destinado ao transporte de materiais, ferramentas e equipamentos.	DIÁRIA

O veículo utilitário/caminhão será destinado ao transporte de equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços de limpeza urbana — tais como roçadeiras, motopodas, pás, carrinhos de mão, motosserras, entre outros correlatos —, garantindo o suporte logístico e a mobilidade das equipes operacionais.

A execução dos serviços e os itinerários de transporte obedecerão estritamente à programação e ao planejamento diário emitidos pela **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, na qualidade de **CONTRATANTE** e gestora do contrato. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues e posicionados exatamente nos locais onde se encontram as equipes de mutirão de limpeza urbana, conforme determinação da fiscalização.

Para a salvaguarda da segurança viária e mitigação de riscos de acidentes ou passivos ambientais, nenhum veículo poderá transitar com carga desalinhada, solta ou acima da capacidade permitida. É obrigatória a perfeita arrumação e amarração da carga, nos termos das normas do CONTRAN.

O veículo deverá dispor obrigatoriamente de lona plástica impermeável e sistema de fixação (cobertura de carroceria), a ser utilizado sempre que houver iminência ou ocorrência de chuvas, ou quando as características do material transportado exigirem proteção contra intempéries.

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os veículos e equipamentos em quantidade e especificações suficientes para atender integralmente às ordens de serviço e demandas sazonais emitidas pela Administração, mantendo-os em perfeito estado de conservação e rodagem.

Os roteiros logísticos executados apresentarão uma média referencial estimada de **35,00 km/dia por veículo**, calculados com base no histórico de demandas e planejados dinamicamente pela fiscalização da **CONTRATANTE** conforme as necessidades do Município.

Da Jornada Operacional, da Disponibilidade dos Motoristas e veículos e da Execução dos Serviços:

O prazo de execução dos serviços será estabelecido em estrita conformidade com o cronograma operacional e formalizado por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela **CONTRATANTE**.

As diárias operacionais serão solicitadas formalmente de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, observadas as condições e especificações previstas neste instrumento.

A locação dos veículos será realizada com quilometragem livre, não havendo limitação de percurso, franquia de quilômetros ou cobrança adicional em razão da distância percorrida durante a execução dos serviços, cabendo à **CONTRATADA** arcar integralmente com todos os custos operacionais decorrentes da utilização dos veículos, conforme as demandas da **CONTRATANTE**.

A jornada diária para a execução dos serviços será de até 12 (doze) horas, compreendida preferencialmente no intervalo das 07h00 às 19h00, ou em outros horários estipulados pela CONTRATANTE para atender ao interesse público, inclusive em período noturno.

- Parágrafo único: Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** observar as normas trabalhistas vigentes (CLT) relativas à alternância de turnos, intervalos intrajornada e limites legais de prorrogação de jornada de seus prepostos, sem repasse de quaisquer ônus adicionais à Administração.

A Contratada deverá disponibilizar motorista devidamente habilitado, possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em categoria compatível com o tipo, porte e capacidade operacional do veículo a ser utilizado na execução dos serviços.

O início efetivo dos trabalhos operacionais e a disponibilização do veículo ocorrerão a partir das 07h00, salvo determinação expressa em contrário da fiscalização.

O faturamento da diária estará condicionado à prestação mínima de 10 (dez) horas de serviços efetivos, podendo esta ser estendida até o limite de 12 (doze) horas diárias, conforme as necessidades operacionais da Administração.

O veículo e o respectivo motorista deverão apresentar-se no local e horário previamente indicados pela **CONTRATANTE**, competindo à **CONTRATADA** assegurar o pleno e tempestivo atendimento das demandas solicitadas.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





A prestação dos serviços ocorrerá ordinariamente de segunda-feira a sábado, inclusive em feriados e pontos facultativos, admitida a convocação para execução aos domingos, de acordo com o volume de demandas e a conveniência da Administração, não se limitando a execução ao horário comercial padrão.

Os tempos de deslocamento (mobilização e desmobilização) do veículo e do motorista entre a garagem da CONTRATADA e o local indicado para o início ou encerramento das atividades não serão computados para fins de contagem da diária ou da jornada efetiva de trabalho.

Não será contabilizada ou paga a diária nas hipóteses de indisponibilidade do veículo decorrente de avarias, quebras, sinistros ou interrupções para manutenções preventivas ou corretivas.

Os custos decorrentes de deslocamento, insumos e combustível para fins de manutenção e reparo do veículo correm por conta exclusiva da CONTRATADA, não gerando qualquer direito a reembolso ou cobertura financeira por parte da CONTRATANTE.

O cômputo do período da diária iniciar-se-á no momento da chegada do veículo e do motorista ao local de início das atividades determinado pela CONTRATANTE, e encerrar-se-á imediatamente após a execução do último descarregamento da carga no destino final indicado pela Administração.

As medições mensais serão processadas com base nos serviços efetivamente executados, atestados e aprovados pela fiscalização do contrato, mediante relatórios de controle de jornada e planilhas de produtividade.

Para salvaguardar a eficiência operacional e a continuidade dos serviços, o último descarregamento do veículo deverá ocorrer em até 30 (trinta) minutos antes do encerramento da jornada diária, sendo vedada a interrupção antecipada injustificada das atividades ou a permanência do veículo em situação de ociosidade antes do término da diária.

Nas frentes de trabalho vinculadas à operação de retroescavadeiras ou demais maquinários utilizados pela CONTRATANTE, o motorista deverá permanecer junto ao veículo acompanhando a execução dos trabalhos, sendo-lhe expressamente vedado afastar-se do local ou desempenhar atividades estranhas ao objeto contratual durante os períodos de espera para carregamento, salvo autorização da fiscalização.

Da Eficiência E Da Regularidade Na Execução Dos Serviços

É expressamente vedado aos motoristas, operadores ou prepostos da CONTRATADA reduzir deliberadamente a velocidade operacional dos veículos, retardar injustificadamente os procedimentos de carga, descarga, deslocamento, posicionamento, substituição ou recolhimento de caçambas, bem como praticar atos que visem prorrogar artificialmente o tempo de execução para auferir vantagens indevidas.

A CONTRATADA obriga-se a manter os veículos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e pleno funcionamento. Os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, revisões, abastecimentos, substituições de pneus e lubrificação deverão ser realizados, obrigatoriamente, em períodos nos quais o veículo não esteja escalado ou à disposição da CONTRATANTE, vedada qualquer paralisação que comprometa a regularidade do serviço.

A constatação de condutas que comprometam a produtividade, a regularidade ou a eficiência na execução contratual ensejará a imediata aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da glosa proporcional dos valores correspondentes na medição mensal.

Dos veículos:

Os veículos locados deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE em estrita conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), munidos de todos os equipamentos de segurança obrigatórios e acompanhados da respectiva documentação de porte obrigatório, regularizada e válida para o período de execução.

É requisito indispensável para a prestação dos serviços a regular operação do registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (**tacógrafo**), restando vedada a utilização de veículos que apresentem ausência, defeito ou adulteração neste equipamento.

A CONTRATADA deverá comprovar, mediante certidão ou documento oficial emitido pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), que os veículos disponibilizados estão livres de quaisquer restrições administrativas, judiciais, financeiras ou de qualquer outra natureza que possam comprometer, interromper ou embarçar a regular execução do objeto contratual.

Todas as despesas de natureza tributária, administrativa ou cível indispensáveis à circulação dos veículos — incluindo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), seguro obrigatório, taxa de licenciamento, emplacamento e demais encargos correlatos — correm por conta exclusiva da CONTRATADA.

- Parágrafo único: Nas hipóteses de renovação anual do licenciamento, a CONTRATADA obriga-se a apresentar à fiscalização os novos documentos vigentes e regularizados antes do atingimento da data limite de vencimento.

Da Manutenção, Substituição E Responsabilidade Civil

A CONTRATADA assume a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva dos caminhões e equipamentos operacionais, abrangendo o fornecimento de lubrificantes, reposição de peças originais ou de qualidade



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





equivalente, reposição de acessórios e substituição de pneus, mantendo a frota em perfeitas condições de uso, conservação, segurança, funilaria, pintura, sinalização visual e higienização interna e externa.

É vedada a utilização, na execução dos serviços, de veículos com certificado de verificação do tacógrafo vencido, irregular ou em desacordo com as normas estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e trânsito competentes, devendo a CONTRATADA manter toda a documentação e aferições obrigatórias devidamente atualizadas durante toda a vigência contratual.

Os pneus que apresentarem desgaste natural pelo uso ou danos decorrentes de qualquer eventualidade deverão ser integralmente substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, contadas da constatação do fato ou da notificação pela fiscalização.

A retirada de veículos para revisão ou manutenção preventiva deverá ser comunicada à Fiscalização da Prefeitura, por escrito, formalizado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A liberação fica condicionada à imediata substituição por veículo equivalente (reserva), sem prejuízo à execução dos serviços.

Em caso de falha mecânica, panes elétricas, sinistros, revisões periódicas programadas ou qualquer outro evento impeditivo que enseje a paralisação do veículo, a CONTRATADA obriga-se a realizar a substituição do bem por outro de idêntica ou superior especificação técnica, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

- **Parágrafo único:** O descumprimento do prazo fixado para a substituição do veículo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor correspondente à diária do veículo indisponível, sem prejuízo da glosa dos dias não trabalhados e da aplicação de outras sanções administrativas e contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

A CONTRATADA responderá civil e regressivamente de forma integral, exclusiva e direta por quaisquer danos materiais, morais, estéticos ou corporais decorrentes de sinistros com os veículos locados, causados à CONTRATANTE, a seus servidores, a prepostos ou a terceiros, isentando a Administração Pública de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

Do Sistema De Rastreamento E Do Fornecimento De Combustível

Para fins de monitoramento, fiscalização e aferição de produtividade, a **CONTRATADA deverá instalar e manter ativo em cada veículo equipamento de Sistema de Posicionamento Global (GPS) ou tecnologia similar de telemetria** que permita o controle preciso de quilometragem rodada garantindo à CONTRATANTE o acesso irrestrito às informações e relatórios emitidos sempre que requisitados pela fiscalização.

As informações e registros extraídos do sistema de rastreamento e monitoramento via GPS deverá ser disponibilizada à CONTRATANTE sempre que requisitados, para fins de fiscalização, acompanhamento da execução contratual e controle operacional dos serviços prestados.

O fornecimento de combustível para a execução dos serviços será custeado pela CONTRATANTE, tomando-se como base de cálculo estrita e prioritária a quilometragem efetivamente percorrida e registrada por meio do sistema de GPS.

- **Parágrafo primeiro:** Em situações excepcionais de interrupção operacional, falha técnica do GPS ou em rotas administrativas previamente planejadas com distâncias fixas conhecidas e homologadas pela fiscalização, a aferição do quantitativo rodado **poderá** ocorrer, subsidiariamente, mediante a conferência do **odômetro** (também chamado de odômetro) do veículo.
- **PARÁGRAFO SEGUNDO: O CÁLCULO PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL OBSERVARÁ AS SEGUINTE MÉDIAS DE CONSUMO PADRÃO DA ADMINISTRAÇÃO, EXTRAÍDAS DE PARÂMETROS HISTÓRICOS DE SUA FROTA DE GRANDE PORTE:**

- **2,5 KM/LITRO PARA O VEÍCULO DESCRITO ABAIXO:**

DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE, EQUIPADO COM CAÇAMBA DE CARGA EM AÇO/METAL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 10M³, MOTORIZAÇÃO CICLO DIESEL. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.	DIÁRIA (12 HORAS)





- **4,0 KM/LITRO PARA O VEÍCULO DESCRITO ABAIXO:**

DESCRIÇÃO	UND
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (OU VEÍCULO DE CARGA SIMILAR), MOTORIZAÇÃO DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO E PESO BRUTO TOTAL (PBT) MÍNIMO DE 6.800 KG. O veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, funcionamento e higiene, com documentação regular e CRLV atualizado; a contratada deverá garantir cobertura securitária contra colisão, incêndio, roubo e responsabilidade civil perante terceiros; no preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição do veículo em caso de indisponibilidade, bem como encargos trabalhistas previdenciários, seguros, taxas e demais despesas necessárias à execução contratual; A CONTRATAÇÃO INCLUI MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, SENDO O COMBUSTÍVEL DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA FIXA DE MADEIRA OU METAL, em perfeito estado de conservação e segurança, destinado ao transporte de materiais, terramentas e equipamentos.	DIÁRIA (12 HORAS)

A CONTRATADA deverá apresentar boletim formal de controle de odômetro no início e ao término de cada diária executada, acompanhado de registro fotográfico contendo, obrigatoriamente, a identificação da quilometragem registrada, bem como data, horário e local do respectivo apontamento.

A rotina de abastecimento será rigorosamente acompanhada e fiscalizada pelo agente responsável pela gestão do contrato, obedecendo ao seguinte rito procedimental:

- Ao término de cada expediente diário, o operador/motorista responsável apresentará o relatório oficial expedido pelo sistema de GPS comprovando a quilometragem rodada no desempenho das atividades exclusivas do contrato.
- Após a conferência, validação e atesto dos dados pela fiscalização, será emitida a respectiva autorização de abastecimento contendo o quantitativo exato em litros a ser disponibilizado para a operação do dia subsequente.

Da fiscalização do contrato e recebimento dos serviços:

A fiscalização dos serviços objeto do presente contrato caberá os servidores da CONTRATANTE.

Os fiscais serão designados para acompanhar a execução do contrato, de forma a assegurar o cumprimento do objeto contratual, trazendo aos autos do processo os elementos necessários e suficientes à compatibilização dos atos praticados pela fiscalização, assim como pelo recebimento dos serviços;

As pendências eventualmente verificadas, durante a execução do contrato, implicarão na aplicação das penalidades contratuais, também previstas no referido documento;

Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade de acompanhamento e FISCALIZAÇÃO em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes;

É obrigação dos responsáveis pela FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Termo de Referência e contrato;

Dos custos:

Todos os insumos, recursos, meios e fatores necessários à perfeita execução dos serviços ocorrerão integralmente por conta da CONTRATADA, incluindo, sem se limitar a, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, equipamentos, veículos, manutenção, logística e a execução dos serviços nos locais indicados pela CONTRATANTE, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a formulação de pleitos de reequilíbrio, ressarcimento ou cobranças adicionais decorrentes da ausência de previsão ou subavaliação de tais custos.

Da Subcontratação:

É vedada a subcontratação do objeto.

Da sustentabilidade:

A execução dos serviços de locação de veículos de carga pesada gera impactos ambientais relacionados à emissão de poluentes atmosféricos, ruídos e resíduos oriundos da manutenção mecânica. Para mitigá-los, a contratada deverá utilizar veículos em conformidade com o PROCONVE, operar com Diesel S10 fornecido pela Administração e manter a manutenção preventiva regular dos motores, comprovando, quando solicitado, os respectivos relatórios técnicos.

Quanto aos resíduos gerados nas manutenções, caberá integralmente à contratada a responsabilidade pelo recolhimento, transporte e destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos, filtros e demais materiais



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





contaminados, mediante comprovação da logística reversa e apresentação dos certificados de destinação final, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

Especificação da garantia exigida dos itens e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:

Durante o período de execução contratual, a assistência técnica e os suportes operacionais preventivo e corretivo deverão ser prestados de forma integral pela contratada, sem custos adicionais, englobando as seguintes condições mínimas de eficácia:

- 1) **Suporte Remoto e Presencial:** atendimento por canais de comunicação ágeis e eficientes estruturados pela contratada para a abertura formal de chamados;
- 2) **Atendimento de Emergência:** disponibilização de profissionais qualificados para pronto atendimento e diagnósticos precisos em prazos compatíveis com as necessidades da Secretaria;
- 3) **Rastreabilidade:** registro e documentação detalhada de todas as intervenções corretivas executadas, relatórios de suporte e histórico de sinistros ou substituições operacionais realizadas no período.
- 4) **Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos:**
 - 5) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como por taxas, seguros, remuneração e custos de deslocamento dos motoristas, manutenção da frota e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que incidam ou venham a incidir na execução contratual, excetuando-se o fornecimento de combustível, que correrá por conta do Município.
 - 6) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início do turno operacional, a ocorrência de motivos de força maior ou caso fortuito que impossibilitem a disponibilização do veículo ou do motorista escalado, apresentando a devida comprovação e providenciando a imediata substituição para evitar a interrupção dos serviços de limpeza urbana.
 - 7) Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para a apresentação da proposta. Após este interstício, o reajuste poderá ser concedido mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme preceitua o art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021
 - 8) A qualquer tempo durante a execução contratual, os preços pactuados poderão ser revistos para mais ou para menos, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021
 - 9) A revisão dependerá de requerimento formal acompanhado de demonstração analítica (planilha de custos ratificada por documentos fiscais e contábeis) que comprove a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
 - 10) **Não darão ensejo ao reequilíbrio econômico-financeiro as variações ordinárias de mercado ou eventos que integrem o risco empresarial normal do objeto, tais como o desgaste natural de componentes da frota locada ou despesas comuns com pessoal técnico, os quais devem ser absorvidos pela contratada.**
 - 11) O reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro gerará efeitos retroativos à data do evento imprevisível causador do desequilíbrio, condicionado à formalização por meio de termo aditivo e à devida publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
 - 12) **OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS OS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA. OCORRENDO A ALTERAÇÃO, EXTINÇÃO OU CRIAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS, DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023), INCLUSIVE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO FISCAL, OS PREÇOS PRATICADOS SERÃO REVISTOS PARA MAIS OU PARA MENOS, NA EXATA PROPORÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ENCARGOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, INCISO II, ALÍNEA "D", E DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 14.133/2021.**
 - 13) A substituição gradual ou total dos tributos vigentes (notadamente PIS, COFINS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ensejará o redimensionamento da planilha de custos e formação de preços da contratada por meio de termo aditivo, de forma a manter estrita neutralidade fiscal e preservar a equação econômico-financeira original do contrato
 - 14) Cabe à CONTRATADA apresentar à Administração Pública Municipal a demonstração analítica do impacto dos novos regimes tributários sobre o custo do serviço de locação, promovendo a correspondente redução do preço contratado caso a carga tributária real seja reduzida, ou requerendo o acréscimo proporcional em caso de comprovado aumento do encargo fiscal global sobre o objeto licitado.

Disposições Finais e Garantias



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Manter com a CONTRATADA, contatos preferencialmente por escrito, ressaltados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;
- b) Nos termos do art. 117, Lei nº 14.133 de 2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- c) Fiscalizar a execução do contrato;
- d) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- e) Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do contrato, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das previstas em lei e nos demais anexos deste instrumento:

- I. Assumir total responsabilidade técnica, civil e administrativa pela execução dos serviços, respondendo com exclusividade por quaisquer danos materiais, pessoais ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de dolo, culpa ou má conduta de seu pessoal e uso de seus equipamentos, isentando o Ente Público de qualquer solidariedade ou ônus.
- II. Indicar e manter preposto formalmente constituído logo após a assinatura do contrato para representar a empresa perante a fiscalização nos horários predeterminados pela Administração.
- III. Arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos da contratação, incluindo salários, vales, tributos, tarifas, taxas, contribuições previdenciárias, fiscais, comerciais e trabalhistas, além de contratar e custear os seguros necessários, inclusive de responsabilidade civil.
- IV. Manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.
- V. É vedado à CONTRATADA caucionar, ceder ou utilizar o presente instrumento contratual para qualquer tipo de operação financeira (como fomento mercantil ou antecipação de recebíveis) sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- VI. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial atualizado do contrato até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento), mediante regular e motivada justificativa técnica da Administração.
- VII. Cumprir rigorosamente os prazos e metas estipulados para fazer jus ao recebimento do preço pactuado, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.
- VIII. Executar os serviços com estrita eficiência, sendo expressamente vedada a interrupção antecipada injustificada das atividades ou a permanência de veículos em situação de ociosidade antes do término da diária contratada.
- IX. Nas frentes de trabalho vinculadas à operação de retroescavadeiras ou outros maquinários da CONTRATANTE, o motorista deverá permanecer junto ao veículo acompanhando a execução das tarefas, sendo-lhe vedado afastar-se do local ou desempenhar atividades estranhas ao objeto durante os períodos de espera para carregamento, salvo determinação expressa da fiscalização.
- X. Submeter os veículos e equipamentos cadastrados a vistorias periódicas obrigatórias sempre que exigido pela fiscalização.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- XI. Fica terminantemente proibida a descarga ou destinação de resíduos e materiais coletados em locais não autorizados expressamente pela Prefeitura Municipal.
- XII. Observar a proibição de exploração de publicidade comercial nos veículos, equipamentos ou uniformes utilizados na execução dos serviços, permitindo-se apenas dizeres, logomarcas ou símbolos previamente autorizados pela CONTRATANTE.
- XIII. Administrar seu quadro de pessoal sob sua exclusiva conta e risco trabalhista, restando vedada a transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE. Eventuais demandas judiciais propostas por empregados ou prestadores da CONTRATADA não gerarão qualquer responsabilidade, direta ou subsidiária, ao Município.
- XIV. Responsabilizar-se pelo bom comportamento, urbanidade e disciplina de seu pessoal. A CONTRATADA obriga-se a afastar e substituir qualquer trabalhador cuja conduta seja julgada inconveniente pela fiscalização, no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da notificação.
- XV. Garantir que seus empregados cumpram a proibição de realizar catação, triagem ou separação informal dos resíduos coletados no ato da execução, bem como a proibição de solicitar ou receber gratificações, gorjetas ou donativos de qualquer espécie junto aos cidadãos.
- XVI. Cumprir rigorosamente a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, assegurando condições adequadas de higiene, saúde e integridade física de todos os envolvidos nas operações em estrita observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente as NRs 6, 9 e 18).
- XVII. Implantar prioritariamente os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) — incluindo sinalização de segurança, isolamento de áreas de risco e proteções em maquinários —, sem prejuízo do fornecimento, fiscalização e exigência do uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, promovendo treinamentos contínuos de prevenção de acidentes.
- XVIII. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a ampla fiscalização dos serviços, franqueando ao pessoal designado livre acesso a depósitos, oficinas, garagens, registros operacionais, anotações de pessoal e demais documentos pertinentes, sem que isso reduza a responsabilidade contratual da empresa.
- XIX. Prestar, prontamente, toda a orientação, dados técnicos e esclarecimentos solicitados pela fiscalização. A CONTRATADA deverá manifestar-se junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEOSP) sobre quaisquer fatos noticiados ou intercorrências que a envolvam, independentemente de notificação prévia.
- XX. Comunicar verbalmente e de imediato, com posterior confirmação por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento ou força maior que impossibilite a prestação regular dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela SEOSP.
- XXI. Em caso de extinção, rescisão ou término do contrato, a CONTRATADA obriga-se a garantir a continuidade dos serviços considerados essenciais pelo prazo fixado pela Administração Pública, o qual não será inferior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de assegurar a transição operacional e resguardar o interesse público na manutenção da limpeza urbana.
- XXII. A Contratada compromete-se a executar os serviços em estrita observância às normas de proteção ambiental e sustentabilidade, sujeitando-se às seguintes obrigações específicas:

Parágrafo Primeiro - Os veículos disponibilizados para a execução do objeto contratual deverão atender integralmente aos limites de emissão de poluentes atmosféricos e ruídos estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), nos termos da legislação ambiental vigente.

Parágrafo Segundo - A Contratada deverá realizar sempre que solicitado a apresentação periódica à fiscalização do contrato dos relatórios de manutenção preventiva e regulação mecânica dos motores, acompanhados dos respectivos testes de opacidade, com a finalidade de prevenir a queima incompleta de combustível e coibir a emissão excessiva de fumaça preta.

Parágrafo Terceiro - Todos os refugos, resíduos perigosos ou materiais inservíveis decorrentes da manutenção operacional dos veículos, incluindo pneus, baterias, óleos lubrificantes usados, filtros e estopas contaminadas, deverão ser recolhidos, transportados e destinados ambientalmente de forma adequada pela Contratada. O processamento desses materiais deverá ocorrer em instalações próprias da empresa ou em oficinas devidamente credenciadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

II - do CONTRATANTE:

- I. efetuar o pagamento ajustado;
- II. Fiscalizar a execução deste Instrumento Contratual; e
- III. Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Instrumento Contratual.
- IV. Dar ciência à **CONTRATADA** de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste Instrumento Contratual.
- V. Verificar e aceitar as Notas Fiscais/ Faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas ou incorretas.
- VI. Manter com a CONTRATADA, contatos preferencialmente por escrito, ressalvados os entendimentos verbais



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente.
- VII. Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Instrumento Contratual, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.
- VIII. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante da Administração, na condição de Gestor e Fiscal do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências necessárias à regularização de falhas ou irregularidades.

Parágrafo Único: É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

a) provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;

b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

▪ O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

a. A PMMSJ pagará à Contratada, a importância de **R\$ __**(), referente ao ITEM _____ no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, de acordo com o recebimento, conferência e aceite dos serviços prestados, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

b. O valor total deste Instrumento Contratual é de _____.

c. A Ordem Bancária será emitida em nome da CONTRATADA para o Banco _____, Agência nº. _____, Conta Corrente nº. _____.

d. A CONTRATANTE antes de efetuar o pagamento poderá verificar a regularidade da CONTRATADA junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

e. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;**

f. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

g. **A não apresentação das comprovações acima assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.**

h. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL CORRESPONDENTE, DEVIDAMENTE ATESTADA, NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A LIQUIDAÇÃO, POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor

i. A Nota Fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado; Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

j. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

k. **A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE cópia atualizada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) sempre que houver sua renovação anual ou atualização cadastral, obrigatoriamente antes do vencimento do documento anteriormente apresentado, constituindo tal comprovação requisito para fins de fiscalização e autorização de pagamento.**

l. **A não apresentação do CRLV vigente e regular implicará impedimento da liquidação e do pagamento da respectiva medição/fatura até a efetiva regularização documental, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.**

m. Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

n. Obs.: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

o. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Contratado;

p. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver a pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

q. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos da legislação vigente.

r. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

s. O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

t. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste Instrumento Contratual correrão por conta da seguinte programação financeira:

Informamos dotação orçamentária para a despesa solicitada no presente processo, no valor **R\$ 1.247.940,72**, encontra-se respaldada na Lei nº 1015/2025 de acordo com a demonstração a seguir:

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES
18.00 – SEOSP 18.01 – SEOSP	17	512	0013	2092	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	3.3.90.39	15000000 17530000 15010000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL e DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. Este Instrumento Contratual poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsista condições para a continuidade do mesmo;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

§ 1º. Poderá a **CONTRATANTE**, por meio de comunicação escrita e fundamentada da autoridade competente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, rescindir este instrumento, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, com fulcro no art. 104 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7.2. Este Instrumento Contratual poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual;
- dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Instrumento Contratual;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Instrumento Contratual;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. As sanções mencionadas será calculada na forma do edital ou do Instrumento Contratual, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento Contratual licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações de dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. A comissão processante mencionada no item 8.10 será formada por 2 (dois) servidores estatutários, ou de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

8.11.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8.11.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.11.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

8.12. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

8.13. O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em Instrumento Contratual.

8.14. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Instrumento Contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

8.15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.





- f) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

8.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.17. Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertências, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Procuradoria Geral do Município, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contato dos autos.

8.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior competente.

8.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.21. A multa, no âmbito da Instrumento Contratual poderá ser:

1. Compensatórias (Inexecução): Destinadas a ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, aplicadas nos seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial da obrigação principal, caracterizada pelo abandono injustificado de rotas ou frentes de trabalho de limpeza urbana, ou pela suspensão não autorizada dos serviços por período superior a 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da notificação sobre a paralisação dos serviços;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, em caso de inexecução total do objeto que enseje a rescisão administrativa do ajuste por culpa exclusiva da contratada, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

2. Multas Moratórias (Atraso): Aplicadas pelo atraso injustificado na execução das obrigações contratuais, calculadas sobre o valor diário da locação do veículo em situação irregular, nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso no início do turno operacional ou na disponibilização do veículo e do motorista escalado, limitado a 30 (trinta) dias;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, configurando o atraso prolongado hipótese de inexecução parcial ou total do contrato;

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na recusa injustificada em retirar ou iniciar o cumprimento de uma Ordem de Serviço, contados do prazo estipulado pela fiscalização;

d) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor da fatura mensal por dia de atraso no atendimento de exigências, notificações ou recomendações expressas da fiscalização do contrato.

e) 0,5% (meio por cento) sobre o valor diário da locação do veículo irregular, por ocorrência, caso o serviço seja executado em desacordo com as especificações técnicas e operacionais, caracterizado pelas seguintes condutas:

I. Apresentação de veículo sem condições adequadas de limpeza, motorista sem Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou com documentação irregular;

II. Redução deliberada da velocidade operacional dos veículos ou retardamento injustificado das atividades de carga, descarga, deslocamento, posicionamento, substituição ou recolhimento das caçambas;

III. Prática de quaisquer atos destinados a prolongar artificialmente a execução dos serviços com o objetivo de atrasar o preenchimento das caçambas ou gerar vantagem indevida.

Parágrafo único: O valor total das multas moratórias acumuladas não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela inadimplida, em estrita observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e ao artigo 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de utilização de materiais, insumos ou mão de obra não homologados, inadequados ou em desconformidade com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.





III – Suspensão temporária:

Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

V – Rescisão unilateral:

Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados.

O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

8.22. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

8.23. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

8.24. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.25. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais.

8.26. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

8.27. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

8.28. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

8.29. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

8.30. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.31 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.32. O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará ao contratado a multa de mora.

8.33. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

8.34. Rescisão Contratual

- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos casos de:
- descumprimento reiterado das obrigações contratuais;
- paralisação ou interrupção injustificada dos serviços;
- falhas na execução que comprometam a continuidade do atendimento à rede pública de saúde;
- demais situações previstas na legislação aplicável.
- **Comunicação de Ocorrências**



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Eventuais falhas, indisponibilidades ou irregularidades na execução contratual deverão ser comunicadas à contratada por meio formal, podendo ser estabelecido prazo para adoção das providências necessárias à regularização da situação.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. No curso da execução deste instrumento, caberá à **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos serviços disponibilizados e efetivamente entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

9.2. A fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo :

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

FISCAL:

Renald Anunciação dos Santos
Coordenador de Manutenção de Estradas
Matrícula funcional N°: 8611

SUB FISCAL:

Jecio Moreira da Silva
Gerente de Planejamento
Matrícula funcional: 8233

GESTOR:

Thalita Lorraine Pereira Santos
Assessora de Gabinete
Matrícula funcional N°: 8969.

SUB GESTOR:

Allan Lucas Carvalho Tavares
Coordenador Administrativo
Matrícula funcional: 8482
CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

11.1. Para todas as questões oriundas do presente Instrumento Contratual, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento, para um só efeito, após todas as assinaturas, para que produzam todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, mês e ano.

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6109-D4A5-3C0B-307F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAÍS RODRIGUES SOARES (CPF 029.XXX.XXX-33) em 16/06/2026 14:16:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/6109-D4A5-3C0B-307F>